

DIPLOMACIA DIGITAL: COMO AS REDES SOCIAIS TRANSFORMAM AS DINÂMICAS DE NEGOCIAÇÃO E AS RELAÇÕES INTERNACIONAIS

DIGITAL DIPLOMACY: HOW SOCIAL NETWORKS ARE TRANSFORMING THE DYNAMICS OF NEGOTIATION AND INTERNATIONAL RELATIONS

Leonardo Machado da Silva¹

Rafael Corrêa de Barros Berthold²

Resumo: O presente artigo analisa como as redes sociais emergiram como ferramentas estratégicas capazes de transformar as dinâmicas das relações internacionais, abrangendo negociações entre Estados, entre atores estatais e não estatais, e em contextos de conflitos multilaterais. Essas plataformas, marcadas por sua escalabilidade e baixo custo, têm ampliado a transparência e a acessibilidade na comunicação diplomática, redesenhando práticas tradicionais que eram rigidamente estruturadas. Para avaliar os benefícios e desafios da diplomacia digital, a presente pesquisa possui natureza básica e abordagem qualitativa, com objetivos exploratórios e descritivos; os dados são coletados por meio de análise documental e estudos de caso, e examinados pela técnica de análise de conteúdo. Os resultados demonstram que as redes sociais democratizam o acesso ao diálogo internacional e promovem maior engajamento global, destacando-se como importantes canais para a comunicação direta e ágil. Contudo, a diplomacia digital enfrenta obstáculos significativos, como a desinformação, a vulnerabilidade à exclusão digital e os riscos de segurança cibernética. Conclui-se que, ao mesmo tempo em que as redes sociais aumentam o alcance e a eficiência da diplomacia, sua eficácia depende da integração com práticas tradicionais e de estratégias robustas para mitigar os desafios apresentados pelo ambiente digital. O estudo contribui para a compreensão das transformações em curso nas relações internacionais e oferece subsídios para o aprimoramento da governança digital no contexto diplomático.

Palavras-chave: Diplomacia; Diplomacia digital; Redes sociais; Relações Internacionais; Resolução de Conflitos.

Abstract: This article analyzes how social media has emerged as strategic tools capable of transforming the dynamics of international relations, encompassing negotiations between states, between state and non-state actors, and in multilateral conflict contexts. These platforms, characterized by their scalability and low cost, have enhanced transparency and accessibility in diplomatic communication, reshaping traditional practices that were rigidly structured. This qualitative research explored concrete examples to assess the benefits and challenges of digital diplomacy. The results demonstrate that social media democratizes access to international

¹ Mestrando em Direito da Empresa e dos Negócios pela Unisinos. Pós-graduado em Direito Empresarial pela Fundação Getúlio Vargas. Graduado em Direito pela Universidade de Passo Fundo. Advogado. Presidente da Comissão de Direito Empresarial da OAB Passo Fundo. E-mail: leonardoms8@hotmail.com.

² Mestrando em Direito da Empresa e dos Negócios pela Unisinos. Especialista em Direito Empresarial e Direito Processual Civil e Graduado em Direito pela PUCRS. Possui MBA em Gestão Estratégica e Economia de Negócios e MBA em Investimentos Financeiros e Private Banking pela Fundação Getúlio Vargas. Advogado. E-mail: rafael_berthold@hotmail.com.

dialogue and fosters greater global engagement, standing out as important channels for direct and agile communication. However, digital diplomacy faces significant obstacles, such as misinformation, vulnerability to digital exclusion, and cybersecurity risks. The study concludes that while social media increases the reach and efficiency of diplomacy, their effectiveness depends on integration with traditional practices and robust strategies to mitigate the challenges posed by the digital environment. This research contributes to understanding the ongoing transformations in international relations and offers insights for improving digital governance in the diplomatic context.

Keywords: Conflict Resolution; Digital Diplomacy; Diplomacy; International Relations; Social Media.

1 INTRODUÇÃO

Diplomacia, conforme preceitua a Convenção de Viena sobre Relações Diplomáticas (Decreto nº 56.435/1965), é a arte de representar, proteger, negociar e promover relações entre dois Estados. Em outras palavras, é o conjunto de práticas formais pelas quais os Estados conduzem suas relações internacionais buscando proteger interesses internos, resolver conflitos e negociar acordos com benefícios mútuos.

Apesar de ser uma prática conhecida pela sua formalidade, restrição e rigidez, nos últimos anos, a diplomacia contemporânea vem enfrentando mudanças diante do surgimento de novos atores que possuem capacidade de influenciar a agenda das relações internacionais (Manfredi Sánchez, 2011). Estas mudanças, ou atualizações, são frutos da ascensão e do desenvolvimento de tecnologias digitais e redes sociais, as quais culminaram, inclusive, na inclusão do adjetivo “digital” à palavra diplomacia, criando-se um termo para se referir à forma de relações internacionais contemporânea: diplomacia digital.

A diplomacia digital reflete não apenas adaptações tecnológicas ou atualizações procedimentais às práticas tradicionais, mas também uma reconfiguração das dinâmicas de poder e influência que moldam o sistema internacional contemporâneo. Nesse novo sistema, diplomatas, governos e agentes não estatais se utilizam de plataformas digitais para ampliar sua capacidade de comunicação, conquistar engajamento público, disseminar narrativas estratégicas e desenvolver laços, desafiando os métodos convencionais de negociação e os protocolos rígidos que caracterizam a diplomacia tradicional.

A ascensão das redes sociais como instrumento de diplomacia emergiu em um contexto de transformação digital acelerada, marcada pela democratização e pulverização da informação e pelo aumento exponencial da interatividade global. Daí, ferramentas como Twitter (hoje denominado “X”), Facebook e Instagram transcendem sua função original de comunicação

interpessoal para se tornarem canais estratégicos para governos, organizações internacionais, empresas privadas e atores da sociedade civil. A interconectividade proporcionada por essas plataformas permitiu que mensagens diplomáticas atingissem audiências globais em tempo real, sem a necessidade de intermediação pelos meios tradicionais de comunicação, como jornais, rádios e emissoras de televisão.

Essa dinâmica de conexão simultânea revela benefícios significativos, como maior transparência nas ações, agilidade nas negociações, ampliação de alcance das tratativas, democracia nas escolhas, redução de custos e promoção de políticas e valores. Por outro lado, não se pode esquecer dos desafios éticos postos em cheque, a exemplo da possibilidade de manipulação de informações, promoção da desinformação, das *fake news*, riscos à privacidade e proteção de dados, à cibersegurança, desigualdade e exclusão digital, entre outros.

Como qualquer adaptação de uma política tradicional, eivada de prós e contras, o grande diferencial da diplomacia digital é que não está limitada ao campo teórico, possuindo implicações práticas diretas para a governança global, a resolução de conflitos e a manutenção da paz e segurança internacionais. Para tanto, no decorrer do presente trabalho serão analisados casos que demonstram como as redes sociais transformaram dinâmicas de negociações, as relações internacionais e o cenário internacional como um todo, em ocasiões em que foram empregadas, por exemplo, para moldar percepções globais, legitimar ações governamentais em contextos de guerra e para sediar disputas de poder e influência.

Diante desse panorama, o presente artigo objetiva analisar como a utilização de redes sociais por diplomatas, governos e agentes não estatais está transformando a diplomacia tradicional, alterando os métodos de negociação e as dinâmicas de relacionamento internacionais. Para avaliar os benefícios e desafios da diplomacia digital, a presente pesquisa possui natureza básica e abordagem qualitativa, com objetivos exploratórios e descritivos. Este objetivo central é desdobrado em questões específicas que incluem a análise das mudanças nas interações entre atores estatais e não estatais, a investigação de casos concretos de uso das redes sociais na diplomacia, a avaliação das vantagens e desvantagens dessa prática em relação aos métodos tradicionais e a identificação dos desafios enfrentados pelos diplomatas na era digital.

A estrutura do artigo reflete a complexidade do tema. A seguir, a revisão de literatura apresenta os principais conceitos, teorias e estudos que fundamentam a análise da diplomacia contemporânea. No capítulo destinado à metodologia descreve-se a abordagem qualitativa adotada, baseada na pesquisa doutrinária focada em artigos científicos sobre o tema bem como o exame de alguns casos reais. Os resultados e a discussão exploram as implicações práticas

das redes sociais para as dinâmicas de negociação e as relações internacionais, avaliando exemplos concretos e oferecendo recomendações estratégicas. Por fim, a conclusão sintetiza os principais achados e destaca as contribuições do artigo para o avanço do campo de estudos sobre diplomacia digital.

Com essa abordagem, o artigo pretende contribuir para uma compreensão mais aprofundada das transformações em curso nas relações internacionais, ressaltando a importância da adaptação de práticas diplomáticas às demandas do ambiente digital contemporâneo.

2 METODOLOGIA

A metodologia adotada neste estudo é de natureza qualitativa, com enfoque na análise documental e no estudo de casos, permitindo uma investigação aprofundada das dinâmicas que caracterizam a diplomacia digital no contexto contemporâneo em contraposição à realidade anterior ao advento da internet e das redes sociais. Tal abordagem reflete a necessidade de se examinar fenômenos intrinsecamente complexos, como as interações entre diplomatas, governos, atores não estatais e plataformas digitais, a fim de compreender como a digitalização reconfigurou as práticas diplomáticas, exercendo sensíveis impactos sobre o cenário político em escala global.

A pesquisa qualitativa apresenta-se como especialmente adequada para a análise de fenômenos sociais e políticos multifacetados e dinâmicos, como o impacto das redes sociais nas relações internacionais. Conforme argumentado por Creswell (2014), essa abordagem permite uma exploração minuciosa de contextos específicos, a identificação de padrões emergentes e a interpretação de aspectos subjetivos, elementos indispensáveis para apreender a complexidade que permeia a temática.

Os dados foram coletados a partir de fontes secundárias, consistentes em artigos científicos cujo objeto são as redes sociais associadas à prática diplomática. O estudo fundamentou-se em materiais provenientes de fontes reconhecidamente confiáveis, incluindo publicações indexadas e estudos de casos paradigmáticos. Entre os exemplos relevantes, destacam-se o uso estratégico do Twitter pelo Ministério das Relações Exteriores de Israel durante o conflito de Gaza e a análise das tensões tecnológicas entre Estados Unidos e China no contexto do 5G.

A análise dos dados foi conduzida por meio da verificação de conteúdo, que possibilita a identificação de padrões temáticos e categorias analíticas emergentes a partir do material examinado. Essa abordagem, conforme descrita por Bardin (2011), é particularmente eficaz para interpretar significados implícitos em textos e comunicações digitais, como *tweets*, postagens em redes sociais e declarações oficiais. No presente estudo, as categorias temáticas centrais incluíram estratégias de comunicação digital, o papel de agentes não estatais e os desafios associados ao uso das redes sociais no contexto diplomático.

Embora a análise qualitativa ofereça uma compreensão profunda e detalhada do fenômeno investigado, sua natureza interpretativa pode estar sujeita a vieses do pesquisador. Adicionalmente, a dependência de dados secundários limitou o acesso a informações confidenciais ou internas de governos e organizações, que frequentemente não são disponibilizadas ao público. No entanto, o rigor metodológico foi garantido por meio de uma análise crítica e criteriosa das fontes selecionadas.

A escolha metodológica fundamenta-se na necessidade de elucidar um fenômeno contemporâneo e em constante transformação, cuja complexidade demanda uma abordagem interdisciplinar. A combinação entre análise documental e estudo de casos permite captar tanto as especificidades contextuais quanto os padrões transversais que emergem nas práticas de diplomacia digital, contribuindo para uma compreensão integrada e rigorosa deste campo em evolução.

3 DA DIPLOMACIA TRADICIONAL À DIPLOMACIA DIGITAL: A (R)EVOLUÇÃO DAS RELAÇÕES INTERNACIONAIS

A diplomacia digital é fruto do avanço exponencial das novas tecnologias de informação e comunicação, incluindo as redes sociais, nas últimas décadas. Ela representa uma forma contemporânea de diplomacia pública, que utiliza a internet, mídias sociais e outras tecnologias para fortalecer laços diplomáticos e ampliar o alcance das mensagens governamentais (Rashica, 2018). Nesse contexto, é essencial distinguir entre a diplomacia pública e a diplomacia tradicional. A diplomacia pública busca estabelecer um diálogo mais direto e transparente com audiências globais, promovendo interações com indivíduos e organizações. Por outro lado, a diplomacia tradicional é marcada por negociações formais e processos mais estruturados, muitas vezes conduzidos em ambientes reservados, como embaixadas e fóruns multilaterais. Esses métodos refletem práticas enraizadas em formas de comunicação menos acessíveis e

centradas na interação exclusiva entre governos, como evidenciado na análise das práticas diplomáticas antes do advento das redes sociais (Rashica, 2018). A transformação trazida pela diplomacia digital ilustra como as tecnologias ampliaram o engajamento com novos atores, democratizando a participação em discussões globais e redefinindo as práticas diplomáticas no mundo contemporâneo.

Essa transformação pode ser vista como o curso natural das relações internacionais, uma vez que a migração das interações sociais para as plataformas digitais exige que as relações institucionais e governamentais se adaptem a esse ambiente de comunicação amplificada e instantânea, conforme descrito por Rashica (2018). É evidente que uma parcela substancial das atividades diplomáticas continua a ocorrer longe dos holofotes, preservando-se a confidencialidade estratégica em temas sensíveis e mecanismos de negociação. Todavia, é inegável que, no campo da diplomacia pública, as redes sociais se consolidaram como uma das ferramentas mais poderosas da atualidade, oferecendo possibilidades inéditas para moldar narrativas, engajar públicos e exercer influência global.

O novo formato de diplomacia representa uma evolução significativa no campo das relações internacionais, sinalizando a transição de práticas tradicionais, muitas vezes exclusivas e burocráticas, para um modelo mais acessível, dinâmico e mediado por tecnologias digitais. De acordo com Manor (2016), a diplomacia digital é definida como o uso estratégico das tecnologias da informação e comunicação, particularmente as redes sociais, para alcançar objetivos diplomáticos e fortalecer as políticas externas dos Estados. Esse conceito, embora recente, reflete um movimento mais amplo de digitalização que permeia diversas esferas das sociedades contemporâneas, incluindo a política, a economia e a cultura.

Ao longo das últimas duas décadas, o papel das tecnologias digitais na diplomacia evoluiu de ferramentas complementares para canais primários de comunicação e engajamento. Plataformas como Twitter, Facebook, Instagram e YouTube têm sido amplamente utilizadas por governos e atores não estatais para alcançar audiências globais, moldar narrativas estratégicas e engajar diretamente com o público-alvo, superando as limitações de alcance e intermediação das formas tradicionais de comunicação diplomática (Bjola e Holmes, 2015).

A literatura aponta para uma mudança paradigmática no escopo e na prática da diplomacia. Bjola (2018) argumenta que a diplomacia digital não se limita à mera presença online de instituições governamentais, mas requer a capacidade de transformar a influência online em impactos diplomáticos concretos, promovendo valores e narrativas estratégicas, além de responder de forma ágil a crises em um ambiente global altamente interconectado. Esse novo

paradigma demanda não apenas o uso de ferramentas digitais, mas também uma compreensão aprofundada das dinâmicas que moldam o espaço digital, como algoritmos, engajamento em redes e estratégias para lidar com desafios como a desinformação e a propagação de propaganda.

Ademais, a nova forma diplomática é frequentemente descrita como uma prática mais inclusiva e democrática, na medida em que permite a participação de atores não estatais, como ONGs, empresas de tecnologia e cidadãos influentes no processo de construção e disseminação de narrativas diplomáticas. Isso contrasta com o modelo tradicional, caracterizado por negociações a portas fechadas e pela centralização da comunicação nos Ministérios das Relações Exteriores e em suas missões diplomáticas (Muñoz-Sastre; Rodrigo-Martín; Rodrigo-Martín, 2021).

Segundo Castells (2009), os princípios da diplomacia digital são flexibilidade, escalabilidade e sobrevivência. A flexibilidade consiste na capacidade de alcançar objetivos de política externa mediante o uso de instrumentos não convencionais e a interconexão com outros participantes da denominada diplomacia em rede. A escalabilidade se manifesta com a capacidade de crescer de forma exponencial sem aumentar os custos de produção, isto é, sem elevar os recursos destinados ao cumprimento dos objetivos da política externa. Já a sobrevivência passa pela habilidade de se reconfigurar, buscar aliados e encontrar pontos de intersecção entre eles.

Apesar de suas vantagens, a diplomacia contemporânea também enfrenta desafios significativos. A proliferação de *fake news*, a polarização de opiniões, as vulnerabilidades cibernéticas e a falta de neutralidade e transparência dos algoritmos são questões amplamente discutidas na literatura, destacando a necessidade de estratégias robustas para lidar com esses problemas (Kretschmer, 2017). Além disso, a sua eficácia depende, em grande parte, da habilidade dos Estados em integrar suas políticas e práticas tradicionais com as novas exigências do ambiente digital.

A diplomacia digital ampliou significativamente o leque de atores que participam das relações internacionais, rompendo com a exclusividade das tradicionais estruturas estatais e incorporando novos protagonistas ao processo diplomático. Embora governos ainda desempenhem um papel central, a ascensão de organizações internacionais, empresas de tecnologia, movimentos sociais e indivíduos redefine a condução e os impactos da diplomacia contemporânea. Esses novos agentes moldam debates, constroem narrativas globais e

influenciam políticas públicas em escala internacional (Muñoz-Sastre; Rodrigo-Martín; Rodrigo-Martín, 2021).

Atores estatais, como Ministérios de Relações Exteriores, embaixadas e chefes de Estado, continuam a liderar o processo diplomático, mas agora contam com ferramentas tecnológicas que ampliam suas capacidades de comunicação. Plataformas como Twitter e Facebook são amplamente utilizadas para transmitir mensagens oficiais, promover valores nacionais e responder rapidamente a crises em tempo real (Bjola, 2018). Um exemplo emblemático é o uso do Twitter pelo presidente Donald Trump durante seu mandato, que transformou a forma como líderes mundiais se comunicam diretamente com o público global e influenciam relações internacionais (Muñoz-Sastre; Rodrigo-Martín; Rodrigo-Martín, 2021).

Organizações internacionais, como as Nações Unidas e a União Europeia, também têm integrado as mídias digitais em suas práticas diplomáticas. Esse uso estratégico das redes sociais permite maior transparência e interação com audiências globais, ampliando a legitimidade de suas iniciativas e o alcance de suas ações (Kretschmer, 2017).

Além disso, a diplomacia digital deu espaço para uma participação ativa de atores não estatais, incluindo ONGs, empresas de tecnologia, movimentos sociais e influenciadores digitais. Esses agentes desempenham um papel crucial na promoção de causas, mobilização de apoio internacional e criação de pressões por políticas públicas específicas (Manor e Crilley, 2018). Um exemplo significativo é o Greenpeace, que, embora tenha iniciado suas atividades muito antes da era digital, utiliza plataformas digitais para ampliar o impacto e o engajamento de suas campanhas em defesa do meio ambiente.

Empresas como Twitter, Meta (Facebook e Instagram) e Google ocupam uma posição estratégica no cenário diplomático, atuando como mediadoras do fluxo de informações e controladoras de algoritmos que determinam o alcance das mensagens. Essa influência levanta questões éticas sobre neutralidade, transparência e poder, especialmente quando essas empresas operam simultaneamente como plataformas e reguladoras do debate público (Muñoz-Sastre; Rodrigo-Martín; Rodrigo-Martín, 2021).

Indivíduos e movimentos sociais também se tornaram protagonistas na diplomacia digital, como demonstrado pela Primavera Árabe, em que cidadãos comuns e ativistas utilizaram redes sociais para organizar protestos, disseminar informações e desafiar regimes autoritários (Kretschmer, 2017). Essa transformação redistribuiu o poder no cenário internacional, permitindo que atores historicamente marginalizados desempenhem papéis mais ativos.

Embora as tecnologias estejam transformando positivamente a comunicação e as dinâmicas diplomáticas, a interação entre atores estatais e não estatais no ambiente digital não está isenta de desafios. A disputa por controle narrativo, a proliferação de desinformação e os conflitos de interesses frequentemente geram tensões. Governos podem buscar regulamentar plataformas digitais, enquanto empresas de tecnologia e organizações da sociedade civil defendem princípios como liberdade de expressão e privacidade (Muñoz-Sastre; Rodrigo-Martín; Rodrigo-Martín, 2021). Essas dinâmicas ressaltam a complexidade do ambiente digital e a necessidade de estratégias colaborativas para maximizar os benefícios da diplomacia digital, ao mesmo tempo em que se mitigam seus riscos.

4 ESTUDOS DE CASO RELEVANTES

O estudo de casos concretos desempenha um papel central na compreensão das transformações causadas pela diplomacia digital no cenário internacional. Exemplos emblemáticos ilustram tanto o potencial transformador das redes sociais quanto os desafios e limitações que emergem nesse contexto. Nesta seção, são analisados episódios que evidenciam a utilização estratégica das plataformas digitais por governos, agentes não estatais e organizações internacionais.

4.1 A Primavera Árabe e a mobilização das redes sociais

A Primavera Árabe, ocorrida no início da década de 2010, destaca-se como um marco na transformação do uso das redes sociais na diplomacia e na política internacional. Durante esses eventos, plataformas como Facebook, Twitter e YouTube foram essenciais para a organização de protestos, a disseminação de informações e a mobilização de cidadãos contra regimes autoritários. Muitas vezes referida como a "Revolução do Facebook", a Primavera Árabe evidenciou o potencial das redes sociais para desafiar o monopólio estatal sobre a narrativa pública e mobilizar multidões em busca de mudanças políticas significativas (Kretschmer, 2017).

Antes do advento das redes sociais, a organização de protestos e movimentos sociais em países com regimes autoritários enfrentava barreiras consideráveis. A comunicação dependia de canais tradicionais, como reuniões presenciais, panfletos ou transmissões via rádio clandestino, todos vulneráveis à repressão estatal. Governos autoritários mantinham controle

rigoroso sobre os meios de comunicação e impunham censura à imprensa, dificultando a disseminação de informações contrárias ao regime. A Primavera Árabe, no entanto, demonstrou que as redes sociais poderiam romper essas barreiras, permitindo que indivíduos compartilhassem informações em tempo real, coordenassesem manifestações e ampliassem o alcance de suas mensagens para além das fronteiras nacionais (Adesina, 2017).

Durante os eventos da Primavera Árabe, os atores estatais e não estatais desempenharam papéis distintos e complementares. Os governos buscaram neutralizar a disseminação de informações nas redes sociais através de medidas como cortes no acesso à internet e repressão digital, enquanto os movimentos de oposição usaram essas mesmas plataformas para contrapor as narrativas oficiais e mobilizar apoio internacional. Rashica (2018) argumenta que as plataformas digitais têm desempenhado um papel significativo no empoderamento de comunidades e indivíduos marginalizados, permitindo-lhes participar de debates públicos e desafiar as estruturas tradicionais de poder.

No contexto da diplomacia, a Primavera Árabe ilustrou a emergência de uma nova dinâmica entre os Estados e a sociedade civil global. Enquanto os governos regionais lutavam para controlar o fluxo de informações, as redes sociais possibilitaram que ativistas influenciassem diretamente a opinião pública internacional, ganhando o apoio de ONGs, organizações internacionais e governos estrangeiros. Essa interação entre atores estatais e não estatais transformou o ambiente de negociação política e diplomática, ampliando as possibilidades de *advocacy* em prol de reformas democráticas (Adesina, 2017).

Outro aspecto crucial foi a maneira como as redes sociais alteraram a percepção e a interação das audiências globais com os eventos locais. Plataformas como Twitter e YouTube facilitaram a transmissão ao vivo de protestos e abusos de direitos humanos, quebrando o monopólio narrativo dos governos e aumentando a pressão internacional por mudanças. Em muitos casos, as redes sociais transcendem seu papel de disseminação de informações, tornando-se ferramentas de documentação histórica e evidência de abusos (Manor e Crilley, 2018).

A Primavera Árabe também ressaltou os riscos inerentes ao uso das redes sociais. A manipulação de informações, a propagação de desinformação e as campanhas de repressão digital coordenadas por governos autoritários destacaram os desafios éticos e operacionais enfrentados nesse novo ambiente digital. Além disso, a facilidade de acesso e a velocidade da comunicação expuseram os ativistas a novos perigos, como vigilância em massa, perseguições direcionadas e prisões arbitrárias (Kretschmer, 2017).

Esse marco histórico demonstrou como a diplomacia digital pode ser tanto um catalisador quanto uma ferramenta de repressão. Ao conectar cidadãos, ativistas e audiências globais em tempo real, as redes sociais redefiniram as possibilidades de mobilização e *advocacy*, mas também expuseram os limites e as vulnerabilidades das democracias emergentes. A análise da Primavera Árabe reafirma a necessidade de compreender as redes sociais não apenas como instrumentos tecnológicos, mas como arenas de disputa política, onde narrativas, poder e identidade são continuamente negociados.

4.2 O conflito de Gaza em 2014 e o uso do Twitter pelo governo de Israel

O conflito de Gaza em 2014 representa um marco no uso das redes sociais como ferramenta estratégica de diplomacia digital. Durante este período, o Ministério das Relações Exteriores de Israel utilizou intensivamente o Twitter para moldar narrativas internacionais e legitimar suas ações militares. Com 795 tweets publicados ao longo do conflito, estruturados em torno de 14 quadros narrativos distintos, o governo israelense buscou justificar suas ações e reforçar uma percepção de legitimidade perante o público global (Manor e Crilley, 2018). Essa abordagem evidencia como as redes sociais transformaram as dinâmicas da diplomacia, permitindo uma comunicação direta e sem a necessidade de intermediação pela mídia tradicional.

Antes do advento das redes sociais, as narrativas diplomáticas eram amplamente dependentes de canais tradicionais, como embaixadas, jornais e redes de televisão. Neste modelo, os Ministérios de Relações Exteriores enfrentavam limitações significativas em termos de velocidade e alcance. Durante conflitos como o de Gaza, a diplomacia tradicional era caracterizada por longos ciclos de resposta às críticas internacionais e uma dependência de intermediários para moldar a opinião pública (Manor, 2016). Com o surgimento das redes sociais, Israel adotou uma abordagem proativa na diplomacia digital, utilizando plataformas como o Twitter para humanizar sua imagem militarizada no contexto do conflito israelense-palestino (Kretschmer, 2017).

No conflito de Gaza, Israel usou as redes sociais não apenas para moldar narrativas, mas também como uma extensão de sua estratégia militar. Essa prática já havia sido visível em conflitos anteriores, como na operação "Pillar of Defense" em 2012, quando o Exército de Defesa de Israel (IDF) publicou a primeira declaração oficial de guerra no Twitter, transformando a plataforma em um campo de batalha digital (Kretschmer, 2017). Esse

precedente reforça como a mídia digital não apenas comunica, mas também se integra à estratégia militar e diplomática de um Estado, ampliando o impacto emocional e político de suas mensagens.

Durante o conflito de 2014, o Ministério das Relações Exteriores de Israel empregou quadros narrativos que incluíam a apresentação de suas ações militares como medidas de proteção contra ataques do Hamas, a deslegitimização do adversário ao destacar o uso de escudos humanos, e a humanização ao enfatizar as dificuldades enfrentadas por cidadãos israelenses e palestinos (Manor e Crilley, 2018). O uso de imagens desempenhou um papel central na amplificação dessas narrativas, permitindo que mensagens visuais transcendam barreiras linguísticas e culturais e reforcem a ressonância emocional com os públicos-alvo.

A introdução dessa diplomacia visual trouxe um novo nível de sofisticação às estratégias comunicativas, utilizando imagens para evocar emoções e conectar quadros narrativos a contextos estratégicos mais amplos. A capacidade israelense de explorar essas plataformas digitais durante o conflito revelou o poder das redes sociais em reconfigurar as dinâmicas de poder e influência no cenário internacional (Bjola e Holmes, 2015). Contudo, o caso também expôs desafios éticos significativos, incluindo a manipulação de narrativas, a falta de contextualização e a proliferação de desinformação. A crescente importância da cibersegurança foi outro ponto destacado, com o risco de vazamento de informações sensíveis e ataques cibernéticos sendo uma preocupação constante (Manor, 2016).

Ao se comparar com as abordagens tradicionais, o uso das redes sociais por Israel durante o conflito de Gaza ilustra a transformação da diplomacia no ambiente digital. Enquanto os métodos tradicionais limitavam-se a audiências específicas e eram mediadores, as plataformas digitais permitiram que Israel alcançasse públicos globais em tempo real, moldando percepções de maneira mais imediata e abrangente. O impacto emocional das campanhas digitais, especialmente no contexto de conflitos armados, sublinha a crescente interconexão entre diplomacia e estratégias de comunicação militar (Kretschmer, 2017).

4.3 As Tensões Tecnológicas entre Estados Unidos e China

As tensões tecnológicas entre Estados Unidos e China exemplificam como a diplomacia digital tem se tornado central na redefinição das relações internacionais no século XXI. A disputa por liderança em tecnologias como 5G, inteligência artificial (IA) e governança da internet não apenas reflete diferenças econômicas e políticas entre os dois países, mas também

evidencia a complexa interação entre atores estatais e não estatais no uso estratégico das Tecnologias de Informação e Comunicação (TICs) para moldar a geopolítica global (Muñoz-Sastre; Rodrigo-Martín; Rodrigo-Martín, 2021).

Os Estados Unidos e a China utilizam plataformas digitais e redes sociais como ferramentas fundamentais de sua diplomacia pública e estratégia cibernética. A partir de suas narrativas, os governos de ambos os países buscam moldar a percepção global de suas políticas e avanços tecnológicos. Enquanto os EUA promovem um modelo de governança descentralizado e *multistakeholder*, que privilegia a liberdade de expressão e o mercado aberto, a China defende um modelo centralizado, no qual o Estado exerce controle significativo sobre a infraestrutura digital e o fluxo de informações (Muñoz-Sastre; Rodrigo-Martín; Rodrigo-Martín, 2021).

Os atores estatais, como ministérios de relações exteriores e agências de segurança cibernética, têm desempenhado papéis estratégicos na condução da diplomacia digital entre esses dois países. Nos Estados Unidos, programas como o "Clean Network" buscam excluir fornecedores chineses de redes de telecomunicações globais, alegando preocupações com segurança e espionagem. Por outro lado, a China utiliza sua diplomacia digital para promover a iniciativa "Rota da Seda Digital", incentivando a adoção de sua tecnologia em países em desenvolvimento e fortalecendo sua influência global (Muñoz-Sastre; Rodrigo-Martín; Rodrigo-Martín, 2021).

Paralelamente, atores não estatais, incluindo empresas de tecnologia, ONGs e influenciadores digitais, também desempenham um papel crucial. Empresas como a Huawei e a TikTok tornaram-se instrumentos de *softpower* para a China, ampliando sua presença no mercado global e desafiando o domínio americano. Nos EUA, gigantes da tecnologia como Google e Facebook agem como protagonistas na promoção de um modelo de internet aberta, enquanto enfrentam restrições e censuras em território chinês. Essas dinâmicas mostram como as redes sociais e as TICs não são apenas ferramentas, mas também campos de disputa geopolítica (Muñoz-Sastre; Rodrigo-Martín; Rodrigo-Martín, 2021).

O uso das redes sociais nesse contexto é especialmente relevante. Durante a pandemia de COVID-19, tanto os Estados Unidos quanto a China intensificaram suas campanhas de diplomacia digital. A China, por exemplo, utilizou o Twitter e o WeChat para disseminar narrativas favoráveis sobre sua gestão da pandemia e promover suas vacinas. Em contrapartida, os Estados Unidos empregaram essas plataformas para criticar a falta de transparência chinesa e reforçar alianças internacionais. Essas estratégias ilustram como as redes sociais são utilizadas

para ampliar o alcance de mensagens diplomáticas e moldar a opinião pública global em tempo real (Muñoz-Sastre; Rodrigo-Martín; Rodrigo-Martín, 2021).

No entanto, a intensificação do uso das TICs na diplomacia digital entre os Estados Unidos e a China também revelou riscos. A proliferação de desinformação, os ataques cibernéticos e as campanhas de repressão digital destacaram os desafios éticos e estratégicos que acompanham esse novo ambiente digital. Além disso, a polarização gerada por essas tensões digitais tem dividido a comunidade internacional, forçando países a se posicionarem entre dois modelos distintos de governança da internet.

Assim, as tensões tecnológicas entre os dois países não apenas moldam as políticas de ambos, mas também estabelecem precedentes para o uso das TICs e das redes sociais na diplomacia digital global. Ao transformar a maneira como os Estados interagem, influenciam e competem, essas tensões ilustram a centralidade da diplomacia digital na redefinição do poder no século XXI.

4.4 A diplomacia digital feminista da Suécia

A Diplomacia Digital Feminista da Suécia destaca-se como um exemplo inovador de como as Tecnologias de Informação e Comunicação (TICs) e as redes sociais podem ser integradas a uma abordagem estratégica para promover a igualdade de gênero e os direitos humanos na política internacional. Desde 2014, quando lançou sua política externa feminista, a Suécia tem utilizado amplamente plataformas digitais para amplificar sua mensagem e engajar audiências globais em questões como direitos das mulheres, igualdade de gênero e inclusão social (Jezierska, 2022).

A diplomacia feminista sueca parte do princípio de que as redes sociais são ferramentas poderosas para alcançar públicos globais de maneira direta, especialmente em um cenário internacional onde as narrativas tradicionais frequentemente marginalizam ou minimizam questões de gênero. Por meio de plataformas como Twitter, Instagram e Facebook, a Suécia promove campanhas e diálogos que enfatizam a importância da igualdade de gênero como um pilar para o desenvolvimento sustentável e a paz internacional.

Os atores estatais desempenham um papel central nessa estratégia. O Ministério das Relações Exteriores da Suécia, liderado por ministras que frequentemente destacam o feminismo como eixo de sua política externa, utiliza as redes sociais para engajar tanto líderes globais quanto cidadãos comuns. Essas plataformas são usadas para compartilhar mensagens,

evidências e iniciativas relacionadas à igualdade de gênero, ampliando o alcance das políticas suecas para além das tradicionais mesas de negociação diplomática (Wright, 2019).

Ao mesmo tempo, atores não estatais, como ONGs, ativistas feministas e organizações da sociedade civil, desempenham um papel crucial na diplomacia digital feminista sueca. Esses grupos colaboram com o governo para desenvolver e implementar campanhas digitais, promover diálogos e amplificar vozes marginalizadas em contextos locais e globais. Essa parceria entre o Estado e a sociedade civil reflete a abordagem colaborativa e inclusiva que está no cerne da política externa feminista da Suécia (Jezierska, 2022).

No entanto, ela também enfrenta desafios. A natureza aberta das redes sociais expõe suas mensagens a críticas, campanhas de desinformação e resistência de atores que se opõem à igualdade de gênero. Além disso, a proliferação de discursos de ódio e ataques pessoais online coloca em risco a segurança de ativistas e diplomatas que promovem essa agenda. Esses desafios sublinham a necessidade de estratégias digitais robustas que combinem segurança cibernética com uma comunicação eficaz.

A Diplomacia Digital Feminista da Suécia demonstra como as TICs e as redes sociais podem ser integradas a uma abordagem estratégica e inclusiva para enfrentar desigualdades históricas e promover direitos fundamentais. Ao combinar uma agenda feminista com ferramentas digitais, a Suécia não apenas amplia seu alcance e impacto, mas também estabelece um modelo para a diplomacia contemporânea que alia tecnologia, valores e ação política. Esse modelo destaca o potencial das redes sociais como um espaço para transformar narrativas globais, construir coalizões e fomentar mudanças sociais significativas.

4.5 Revisão de Literatura no Enfrentamento do Estudo de Casos

Os estudos de caso analisados demonstram como a diplomacia digital transformou profundamente as práticas e os resultados das relações internacionais no século XXI. Esses exemplos evidenciam que as Tecnologias de Informação e Comunicação (TICs) e as redes sociais redefiniram as dinâmicas entre atores estatais e não estatais, ampliaram o alcance das narrativas e introduziram novos desafios éticos e estratégicos.

Em todos os casos abordados, o uso estratégico das redes sociais destacou-se como um elemento central. Plataformas como Twitter, Facebook e YouTube foram empregadas para moldar percepções, engajar audiências globais e promover agendas específicas. No conflito de Gaza, o Twitter serviu como extensão da estratégia militar, permitindo a Israel não apenas

justificar suas ações, mas também deslegitimar adversários e humanizar sua imagem. Da mesma forma, na Primavera Árabe, as redes sociais foram fundamentais para mobilizar multidões, organizar protestos e desafiar regimes autoritários, demonstrando o poder dessas plataformas como catalisadores de mudanças políticas significativas.

Outro ponto comum foi a interação entre atores estatais e não estatais. Os governos, como no caso da diplomacia digital feminista da Suécia e na disputa tecnológica entre Estados Unidos e China, lideraram iniciativas digitais para alcançar objetivos estratégicos e políticos. Paralelamente, atores não estatais, incluindo ONGs, empresas tecnológicas e ativistas, desempenharam papéis cruciais na amplificação de mensagens, na promoção de agendas sociais e na contestação de narrativas dominantes. Essa colaboração e, por vezes, oposição entre atores estatais e não estatais reflete uma dinâmica característica da diplomacia contemporânea, em que os papéis tradicionais são constantemente negociados e transformados.

Esses casos também ilustram como as TICs reconfiguraram o alcance e a velocidade das comunicações diplomáticas. Enquanto a diplomacia tradicional era limitada por barreiras temporais, geográficas e institucionais, a diplomacia digital permite interações diretas e em tempo real com audiências globais. A Primavera Árabe demonstrou isso de forma evidente, permitindo que ativistas transcendessem fronteiras e quebrassem o monopólio estatal sobre as narrativas públicas. No entanto, essa velocidade e alcance também intensificaram a competição por narrativas, expondo tanto os governos quanto os indivíduos a riscos como desinformação, manipulação de dados e ciberataques, desafios que antes não existiam na diplomacia tradicional.

Os casos analisados também revelaram o potencial democratizador das redes sociais. Elas ampliaram o acesso à produção de narrativas e permitiram que vozes anteriormente marginalizadas, como jovens ativistas durante a Primavera Árabe e organizações feministas na Suécia, influenciassem o debate global. Por outro lado, essa democratização veio acompanhada de vulnerabilidades significativas, como a proliferação de discursos de ódio e ataques direcionados, que ameaçam tanto a segurança dos indivíduos quanto a integridade das campanhas digitais.

Em termos de implicações práticas, a diplomacia digital exige um equilíbrio cuidadoso entre as oportunidades e os riscos. Se por um lado as redes sociais permitem um engajamento direto e eficaz com o público global, por outro, elas demandam estratégias robustas para mitigar os impactos da desinformação, garantir a segurança cibernética e promover narrativas inclusivas. Além disso, a comparação entre os métodos tradicionais e digitais de diplomacia

evidencia que a adoção de ferramentas digitais não substitui completamente os canais tradicionais, mas os complementa, criando um ecossistema híbrido de práticas diplomáticas.

Esses estudos reafirmam que a diplomacia digital não é apenas uma adaptação tecnológica, mas uma transformação profunda das relações internacionais. Ao integrar tecnologia, valores e ação política, ela amplia as possibilidades de engajamento e influência, mas também desafia os modelos tradicionais, demandando uma constante adaptação às transformações tecnológicas. Assim, emerge como um campo indispensável para compreender as dinâmicas do poder no cenário global contemporâneo, oferecendo lições valiosas para governos, organizações e indivíduos comprometidos em moldar o futuro das relações internacionais.

5 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os resultados desta pesquisa revelam que a diplomacia digital não pode mais ser caracterizada como forma complementar às práticas diplomáticas tradicionais, mas sim como canal primário e de transformação, sendo responsável por alterar significativamente as dinâmicas de poder, os métodos de negociação e as relações entre atores no cenário internacional.

O advento das mídias sociais, passando de meras ferramentas de comunicação interpessoal a potentes veículos jornalísticos reconfiguraram os métodos tradicionais de negociação ao introduzir a comunicação em tempo real e o alcance global como elementos centrais das práticas diplomáticas. Governos, Ministérios de Relações Exteriores e diplomatas têm adotado plataformas sociais como Twitter, Instagram e Facebook para compartilhar mensagens, construir narrativas, promover engajamento e mobilizar apoio internacional de maneira direta e instantânea. Exemplos como o uso do Twitter pelo Ministério das Relações Exteriores de Israel durante o conflito de Gaza ilustram como as redes sociais podem ser empregadas para moldar narrativas estratégicas, ampliando a visibilidade das ações governamentais e influenciando audiências globais (Manor e Crilley, 2018).

É de grande relevância destacar que além dos entes estatais, a nova forma diplomática também é promovida por entes não estatais, a exemplo de Organizações Não Governamentais, empresas privadas e sociedade civil em geral. Estes atores frequentemente são escolhidos de forma estratégica para a promoção e o fortalecimento de relações internacionais, pois possuem a capacidade de atingir públicos e audiências distintos. No entanto, a inclusão destes atores

também gera tensões, particularmente em questões de legitimidade e *accountability*. Empresas de tecnologia, por exemplo, possuem influência desproporcional devido ao controle dos algoritmos e ao monopólio sobre as plataformas, levantando questões éticas sobre o equilíbrio de poder no ambiente digital (Muñoz-Sastre; Rodrigo-Martín; Rodrigo-Martín, 2021).

Independentemente dos atores, estatais ou não estatais, a principal vantagem é a ampliação do alcance e da acessibilidade. Países com recursos limitados, por exemplo, podem utilizar plataformas de baixo custo para comunicar políticas, promover sua cultura e engajar audiências internacionais. A transparência e a possibilidade de engajamento direto com o público são outras vantagens cruciais, especialmente em contextos em que a mídia tradicional pode ser controlada ou censurada (Muñoz-Sastre; Rodrigo-Martín; Rodrigo-Martín, 2021).

Entretanto, os desafios são igualmente evidentes. A desinformação é um problema recorrente, exacerbado pelo uso de *bots* e algoritmos que favorecem narrativas polarizadoras. Além disso, a cibersegurança emerge como uma preocupação central, com governos e diplomatas frequentemente expostos a ataques cibernéticos e vazamentos de informações sensíveis. Cabe relembrar o caso do WikiLeaks, responsável pela demonstração de como vulnerabilidades digitais podem comprometer não apenas negociações, mas também a reputação e a legitimidade de Estados (Kretschmer, 2017).

A transformação digital também possui suas fragilidades. A velocidade da comunicação digital, embora vantajosa em momentos de crise, muitas vezes dificulta a análise profunda e reflexiva sobre a matéria em pauta, o que é essencial para negociações complexas. Isso sem falar das resistências enfrentadas em sistemas diplomáticos mais estruturados e tradicionais, onde o uso de mídias sociais pode ser visto como uma ameaça à autoridade (Bjola, 2018).

Para lidar com os desafios e fragilidades e maximizar os benefícios desta nova configuração de relacionamento externo, os sujeitos ativos precisam adotar estratégias adaptativas. Isso inclui a formação contínua de equipes para lidar com as demandas tecnológicas, a criação de protocolos robustos de cibersegurança e a integração de práticas de análise de dados para identificar tendências e prevenir crises. A combinação de métodos tradicionais com estratégias digitais pode oferecer uma abordagem híbrida eficaz, mantendo a profundidade analítica das práticas diplomáticas tradicionais enquanto aproveita a agilidade e o alcance das redes sociais (Bjola e Holmes, 2015).

CONCLUSÃO

A presente pesquisa revelou que a diplomacia digital é um fenômeno transformador, que transcende a simples adoção de tecnologias e redefine profundamente as práticas e dinâmicas das relações internacionais. Mais do que uma ferramenta, ela representa uma mudança paradigmática que desafia estruturas hierárquicas e práticas convencionais, ampliando o alcance das mensagens diplomáticas, engajando novos atores e moldando narrativas globais em tempo real.

Ao longo do estudo, observou-se que a diplomacia digital oferece vantagens significativas, como maior acessibilidade, agilidade na comunicação e interação direta com audiências diversificadas. Exemplos emblemáticos, como o uso estratégico do Twitter por Israel durante o conflito de Gaza e a mobilização social facilitada pelas redes durante a Primavera Árabe, ilustram o impacto transformador das plataformas digitais na promoção de objetivos diplomáticos. Além disso, atores não estatais, como ONGs, empresas de tecnologia, movimentos sociais e sociedade civil têm desempenhado papéis cruciais nesse novo ambiente, contribuindo para a democratização das práticas diplomáticas.

Por outro lado, os desafios associados à digitalização diplomática são igualmente evidentes. A desinformação, a polarização de discursos e os riscos cibernéticos emergem como ameaças significativas à legitimidade e à eficácia das práticas diplomáticas no ambiente digital. A inclusão de novos atores, embora democratize o espaço diplomático, também traz complexidades relacionadas à regulação, *accountability* e equilíbrio de poder, exigindo uma governança cuidadosa e colaborativa.

Diante desse cenário, conclui-se que a diplomacia digital requer uma abordagem híbrida, que integre práticas tradicionais e estratégias digitais inovadoras. Governos e diplomatas devem adotar uma postura proativa, investindo em capacitação tecnológica, análise de dados e segurança cibernética, para maximizar os benefícios das TICs e mitigar seus riscos. A colaboração com atores não estatais é fundamental para promover uma governança digital inclusiva, democrática, transparente e eficiente.

O estudo atingiu os objetivos propostos ao explorar como as redes sociais e as TICs transformaram a diplomacia contemporânea, destacando tanto suas oportunidades quanto seus desafios. Além disso, contribuiu para o avanço do conhecimento ao oferecer *insights* teóricos e práticos para a adaptação das práticas diplomáticas às demandas do século XXI.

No entanto, reconhece-se a necessidade de aprofundar as investigações em áreas emergentes, como a regulamentação das plataformas digitais, o impacto das tecnologias de ponta, como inteligência artificial, e as implicações éticas da diplomacia digital. A transformação digital continuará a moldar o cenário internacional, e o sucesso da diplomacia nesse novo contexto dependerá da capacidade dos Estados e demais atores de integrar inovação tecnológica com práticas diplomáticas que preservem legitimidade, transparência e eficiência. Assim, não pode ser vista apenas como uma resposta às demandas contemporâneas, mas também uma oportunidade para transformar as relações internacionais em um processo mais inclusivo e adaptado às realidades de um mundo interconectado.

REFERÊNCIAS

ADESINA, Olubukola S. Foreign policy in an era of digital diplomacy. **Cogent Social Sciences**, v. 3, n. 1, p. 1-13, 2017. DOI: 10.1080/23311886.2017.1297175.

AL-MANSOURI, Tarfa; AL-MOHANNADI, Haya; FEROUN, Mariam. Digital diplomacy during the first 100 days: How GCC ministries of foreign affairs and ministers tweeted the blockade. **QScience Connect**, v. 2021, n. 2, p. 1-15, 2021. DOI: 10.5339/connect.2021.spt.1.

BAHRIEV, Bahri Kh. Russia's digital diplomacy in Central Asia under current conditions of international relations: Opportunities and limitations. **SSRN Electronic Journal**, 2023. DOI: 10.2139/ssrn.4687555.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 2011.

BJOLA, Corneliu. Diplomacy in the digital age: theoretical reflections and practical challenges. **Real Instituto Elcano**, ARI 113/2018, 11 out. 2018. Disponível em: <https://media.realinstitutoelcano.org/wp-content/uploads/2018/10/ari113-2018-bjola-diplomacy-digital-age.pdf>. Acesso em: 6 jan. 2025.

BJOLA, Corneliu; HOLMES, Marcus (Eds.). **Digital diplomacy**: theory and practice. 1st ed. New York: Taylor and Francis, 2015.

BRANTES, Daniel; GIOVANNINI, Cristiane; GROMOVA, Elizaveta A.; FERREIRA, Jorge. Arbitration chambers and technology: Witness tampering and perceived effectiveness in videoconferenced dispute resolution proceedings. **International Journal of Law and Information Technology**, v. 31, p. 75-90, 2023. DOI: 10.1093/ijlit/eaad012.

BRASIL. Decreto nº 56.435, de 8 de junho de 1965. Convenção de Viena sobre Relações Diplomáticas. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, p. 5539, 11 jun. 1965.

BURT, Sally K. President Obama and China: Cyber diplomacy and strategy for a new era. **Journal of Cyber Policy**, v. 8, n. 1, p. 48-66, 2023. DOI: 10.1080/23738871.2023.2282688.

CASTELLS, Manuel. **A sociedade em rede**. 2. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2009. (A era da informação: economia, sociedade e cultura; v. 1).

CASTELLS, Manuel. **Communication power**. Oxford: Oxford University Press, 2009.

CRESWELL, J. W. **Research Design**: Qualitative, Quantitative, and Mixed Methods Approaches. Thousand Oaks: SAGE Publications, 2014.

GÓMEZ-MORENO, Juan Pablo. Advocacy for online proceedings: Features of the digital world and their role in how communication is shaped in remote international arbitration. **International Journal for the Semiotics of Law**, v. 37, p. 865-885, 2024. DOI: 10.1007/s11196-023-10041-y.

HEDLING, Elsa; BREMBERG, Niklas. Practice approaches to the digital transformations of diplomacy: Toward a new research agenda. **International Studies Review**, v. 23, p. 1595-1618, 2021. DOI: 10.1093/isr/viab027.

JEZIERSKA, Katarzyna. Incredibly loud and extremely silent: Feminist foreign policy on Twitter. **Cooperation and Conflict**, v. 57, n. 1, p. 84-107, 2022. DOI: 10.1177/00108367211000793.

KRETSCHMER, Lisa-Maria. Imagine there is war and it is tweeted live: An analysis of digital diplomacy in the Israeli-Palestinian conflict. **Global Media Journal, German Edition**, v. 7, n. 1, p. 1-19, 2017. URN: nbn:de:gbv:547-201700104.

MANFREDI SÁNCHEZ, Juan Luis. Hacia una teoría comunicativa de la diplomacia pública. **Comunicación y Sociedad**, v. XXIV, n. 2, p. 199–225, 2011. Disponível em: <https://dadun.unav.edu/handle/10171/27282>. Acesso em: 6 jan. 2025.

MANOR, Ilan. **How will #Digital Disappointment influence digital #diplomacy**. Disponível em: <https://digdipblog.com/2016/11/19/how-will-digital-disappointment-influence-digital-diplomacy/>. Acesso em: 6 jan. 2025.

MANOR, Ilan; CRILLEY, Rhys. Israel-Gaza conflict 2014: a case study in digital diplomacy. **Global Policy**, v. 9, n. 4, p. 486–495, 2018. DOI: 10.1111/1758-5899.12665.

MANOR, Ilan; CRILLEY, Rhys. Visually framing the Gaza War of 2014: The Israel Ministry of Foreign Affairs on Twitter. **Media, War & Conflict**, v. 11, n. 4, p. 369-391, 2018. DOI: 10.1177/1750635218780564.

MANOR, Ilan; PAMMENT, James. Towards prestige mobility? Diplomatic prestige and digital diplomacy. **Cambridge Review of International Affairs**, v. 32, n. 2, p. 93-131, 2019. DOI: 10.1080/09557571.2019.1577801.

MAULANA, Yusril Ihza; FAJAR, Irfan. Analysis of cyber diplomacy and its challenges for the digital era community. **IAIC Transactions on Sustainable Digital Innovation (ITSDI)**, v. 4, n. 2, p. 169-177, 2022. Disponível em: <http://aptikom-journal.id/index.php/itsdi/article/view/587>.

MUÑOZ-SASTRE, Daniel; RODRIGO-MARTÍN, Isabel; RODRIGO-MARTÍN, Luis. El papel de las redes sociales en la ciberdiplomacia dentro del contexto del 5G. **Janus.net, e-journal of International Relations**, v. 12, n. 1, p. 4-20, 2021. DOI: 10.26619/1647-7251.DT21.1.

OSADCHIY, Maxim; SANTINI, Erika; MCILWRATH, Michael. Are arbitral institutions using artificial intelligence? The state of play in adopting AI. **Kluwer Arbitration Blog**, 2024. Disponível em: <https://arbitrationblog.kluwerarbitration.com/2024/05/08/are-arbital-institutions-using-artificial-intelligence-the-state-of-play-in-adopting-ai/>.

RASHICA, Viona. The benefits and risks of digital diplomacy. **SEEU Review**, Tetovo, v. 13, n. 1, p. 75-91, 2018. DOI: 10.2478/seeur-2018-0008.

WRIGHT, Katharine AM. Telling NATO's story of Afghanistan: Gender and the alliance's digital diplomacy. **Media, War & Conflict**, v. 12, n. 1, p. 87-101, 2019. DOI: 10.1177/1750635217730588.